



EDITAL DE CREDENCIAMENTO 04/2022 – PESSOA FÍSICA (REDE ORGÂNICA)

PUBLICADO MG Nº 106 DE 01/06/2022

Prestadores de serviços de assistência à saúde, Pessoa Física, interessados em credenciar-se ao Sistema de Saúde da PMMG-CBMMG-IPSM-SiSau, no âmbito da cidade de **Belo Horizonte/ MG e Região Metropolitana**.

1 - **O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSM**, Autarquia Estadual, nos termos dos artigos 1.º e 2.º, da Lei Estadual n.º 11.406, de 28/01/94; do artigo 54 c/c artigo 78 da Lei Estadual 22.257, de 27/07/2016, com sede na **Rua: Paraíba, n.º 576, Bairro: Savassi, CEP: 30.130-141**, nesta Capital, CNPJ/MF sob o n.º **17.444.779/0001-37**, neste ato representado pelo seu Diretor de Saúde, **Cel PM QOR Fabiano Villas Boas**, portador da Carteira de Identidade n.º **M-4.904.296**, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º **780.324.586-20**, conforme **artigo 36 do Decreto nº 48.064**, de 16 de outubro de 2020, **Portaria DG 941/2021**, publicada no Minas Gerais nº 23 de 04 de fevereiro de 2021, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Estadual nº 44.405, de 07 de novembro de 2006, da **Portaria DG nº 997/2021 – IPSM, de 18 de dezembro de 2021**, nos termos do ato de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação, **Processo nº 01/2022- GAS/IPSM, de 25/03/2022**, publicado no Minas Gerais **nº 58 de 25/03/2022**, nas normas e regulamentos do Sistema de Saúde PMMG-CBMMG-IPSM - SiSau, aplicando-se os princípios gerais de direito público, torna público o processo de habilitação e contratação de **Pessoas Físicas**, com formação em **Fisioterapia, para Atuarem na Clínica de Fisioterapia do Hospital da Polícia Militar - HPM**, na **Clínica de Fisioterapia do Núcleo de Assistência Integral à Saúde da Academia de Polícia Militar – Nais/APM** e na **Clínica de Fisioterapia localizada no 3º Batalhão de Bombeiro Militar – 3º BBM**, conforme a necessidade e conveniência administrativa do IPSM no período de **01/06/2022 a 15/06/2022**, para a prestação de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do Sistema de Saúde PMMG-CBMMG-IPSM (SiSau), nas especialidades relacionadas no **Anexo I**, deste Edital, que atendam às condições estabelecidas neste Edital, demais normas do SiSau, correlatas e conexas e instruções de saúde baixadas pelo SiSau, resoluções e deliberações de saúde em vigor ou outras que vierem a substituí-las, bem como as alterações, instruções e/ou normas supervenientes.

1.1 - Os interessados poderão examinar o presente Edital e seus anexos, bem como tomar conhecimento da **Portaria DG nº 997/2021 – IPSM de 18 de dezembro de 2021**, do **Decreto 44.405/2006** e de toda a documentação necessária para a sua formalização, no site do IPSM e na Gerência de Credenciamento e Gestão da Rede de Saúde - GCGRS, situada na Rua: Paraíba, nº 576, Sala 403, Bairro: Savassi, em Belo Horizonte/MG - CEP: 30.130.141, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 08h às 12h e das 14h às 18h, ou pelos telefones (31) 3269-2104 e 3269-2109. Os interessados no credenciamento deverão acessar o site no [link: http://www.ipsm.mg.gov.br/editais.asp](http://www.ipsm.mg.gov.br/editais.asp), efetivar o cadastro em “Cadastro de Interessados” e inserir os documentos e seus apêndices, necessários para a habilitação, conforme **anexo II**, deste edital.

2 - Do objeto

2.1 - O objeto deste Edital é a habilitação e o credenciamento de profissionais de serviços de saúde, na condição de Pessoas Físicas, interessadas em firmar contrato com o IPSM, visando a prestação de serviços de saúde aos beneficiários do SiSau na área de Fisioterapia, desde que em conformidade com este edital e de acordo com as tabelas de preços do SiSau para atuar na **Clínica de Fisioterapia do Hospital da Polícia Militar - HPM**, na **Clínica de Fisioterapia do Núcleo de Assistência Integral à Saúde da Academia de Polícia Militar – Nais/APM** e na **Clínica de Fisioterapia localizada no 3º Batalhão de Bombeiro Militar – 3º BMMG**, conforme **anexos I a V deste edital, podendo atuar em quaisquer das clínicas, conforme a necessidade e conveniência administrativa do IPSM** nas especialidades previstas no Anexo I, de acordo com as tabelas de preços do SiSau, em conformidade com a legislação prevista neste edital, na **Deliberações de Saúde nº 55/2017, nº 67/2018, nº 73/2019** ou outras que vier(em) a substituí-la(s) para a Rede Orgânica e demais

normas do SiSau, específicas, correlatas e conexas.

3 - Da legislação aplicável

3.1 - O processo de credenciamento é regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores modificações, pela Lei 6.839 de 30 de outubro de 1980, pelo Decreto Estadual nº 44.405, de 07 de novembro de 2006, pela Portaria DG nº 997/2021 – IPSM de 18 dezembro de 2021, pelos Decretos Estaduais 47.222, de 26 de julho de 2017 e 47.228 de 04 de agosto de 2017, pela Resolução Conjunta Seplag/Sec 9.921 de 02 de outubro de 2018, pela Lei Nacional nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto Estadual 47.524 de 06 de novembro de 2018, aplicando-se, no que couber, os princípios gerais de direito público, a legislação interna do SiSau, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis e as conexas.

3.2 - O presente Edital é composto pelos seguintes anexos:

a) ANEXO I - Categorias profissionais, áreas de atuação, requisitos e número de vagas;

b) ANEXO II - Relação de documentos necessários para habilitação ao credenciamento:

- Apêndice I - Ficha Cadastral;

- Apêndice II - Currículo Padrão;

- Apêndice III - Modelos de declarações;

c) ANEXO III - Carga horária semanal e limite de atendimentos;

d) ANEXO IV - Modelo de Minuta Contratual;

e) ANEXO V - Tabela de valores do SiSau.

3.3 - O modelo constante do **Anexo IV** deste Edital poderão sofrer alterações de acordo com a especialidade e/ou serviços a serem credenciados e mediante o interesse da Administração Pública.

3.4 - Qualquer cidadão poderá apresentar impugnação a este Edital em até **5 (cinco) dias úteis** a contar do primeiro dia útil subsequente à data da publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial do Estado.

3.5 - Ao IPSM caberá responder ao pedido de impugnação no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**.

4 - Condições para credenciamento

4.1 - Poderão participar do credenciamento as Pessoas Físicas que preencherem os requisitos e especialidades previstas neste Edital (anexo I) incluindo os seus Anexos e Apêndices, que satisfaçam as condições de habilitação e que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas do IPSM, pelos Decretos Estaduais referentes ao assunto, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as exigências estabelecidas pelo SiSau, no que couber, implicando a aceitação integral e irrestrita às condições nele estabelecidas e demais normas conexas e aplicáveis, independente de declaração expressa.

4.2 - Não poderá (ão) participar do credenciamento

a) A pessoa física ou integrante do quadro societário de pessoa jurídica que esteja suspensa para licitar e contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal.

b) A pessoa física ou integrante do quadro societário de pessoa jurídica que foi ou que venha a ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal.

c) A pessoa física ou integrante do quadro societário de pessoa jurídica que tiver sido descredenciada pelo IPSM por descumprimento de cláusulas contratuais ou irregularidades na execução dos serviços prestados.



d) A pessoa física ou integrante do quadro societário de pessoa jurídica que tiver solicitado o seu descredenciamento/rescisão contratual nos últimos 12 (doze) meses.

e) a pessoa física que teve decisão desfavorável em Processo Administrativo Punitivo instaurado pelo IPSM.

4.3 - A participação da pessoa física neste credenciamento, por meio dos Apêndices I, II e III, devidamente preenchidos, acompanhados de toda a documentação exigida, implica aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e normas pertinentes e conexas, independente de declaração expressa.

5 - Etapas do Processo de Credenciamento

5.1 - O processo de credenciamento de que trata este Edital obedecerá às seguintes etapas:

- a) **Primeira Etapa:** Cadastro e envio dos documentos;
- b) **Segunda Etapa:** Análise documental pelo IPSM e critério de julgamento;
- c) **Terceira Etapa:** Habilitação;
- d) **Quarta Etapa:** Classificação;
- e) **Quinta Etapa:** Credenciamento;
- f) **Sexta Etapa:** Acompanhamento da execução do contrato.

5.2 - Compete à Gerência de Credenciamento e Gestão da Rede de Saúde - GCGRS/IPSM a efetivação das etapas previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” “d” e “e” do item 5.1.

5.2.2 - A avaliação e o acompanhamento de que trata a alínea “f” do item 5.1 será realizada pela Chefia da **Clínica de Fisioterapia do Hospital da Polícia Militar - HPM**, e pelos chefes da **Clínica de Fisioterapia do Núcleo de Assistência Integral à Saúde da Academia de Polícia Militar – Nais/APM** e da **Clínica de Fisioterapia localizada no 3º Batalhão de Bombeiro Militar – 3º BBM**, que se reportarão à GCG/DS/IPSM, quando solicitado ou quando necessário, para providências decorrentes.

5.2.3 - A análise dos documentos para fins classificatórios será feita em conformidade com as tabelas constantes dos itens 5.2.4 e 5.2.4.1, realizada por Comissão técnica composta por, no mínimo, 02 (dois) profissionais Fisioterapeutas do Quadro de Oficiais de Saúde da PMMG e/ou oficiais de saúde do CBMMG, e por pelo menos um funcionário do IPSM, **no prazo de até 30 (trinta) dias**, prorrogável por igual período.

5.2.4 Tabela para Avaliação de títulos:

AVALIAÇÃO DE TÍTULOS					
ITEM	TÍTULOS	COMPROVANTE/ DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO POR TÍTULO	NÚMERO MÁXIMO DE COMPROVAÇÕES	PONTUAÇÃO MÁXIMA
01	Doutorado	Diploma de conclusão de Doutorado, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pela Ministério da Educação, na área de atuação a ser credenciada.	3	01	3
02	Mestrado	Diploma de conclusão de Mestrado, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pela Ministério da Educação, na área de atuação a ser credenciada	2,40	01	2,40

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Rua Paraíba, 576 – Savassi – Telefone: 3269-2000 – CEP 30.130-141 – Belo Horizonte/MG – e-mail: convenios@ipsm.gov.br

03	Especialização	Certificado de conclusão de curso de Pós Graduação em nível e Especialização <i>Latu Sensu</i> , com carga horária mínima de 360 horas, reconhecido pelo Ministério da Educação, na área de atuação a ser credenciada	1,00	03	3,00
04	Produção Científica	Textos publicados em periódicos reconhecidos pela CAPS-MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior do Ministério de Educação) nos últimos cinco anos.	0,20	02	0,40
05	Aperfeiçoamento	Certificado de curso de Aperfeiçoamento na área relacionada à área de atuação a ser credenciada, com carga horária mínima de 30 horas concluídos nos últimos 3 anos.	0,40	03	1,20
TOTAL GERAL DE PONTOS COM A FORMAÇÃO					10,00

5.2.4.1 – Tabela Experiência Profissional:

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL					
ITEM	TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	COMPROVANTE / DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO POR ANO	QUANTIDADE MÁXIMA DE ANOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
01	Exercício da Profissão	Anos Completos de Exercício da Profissão, na especialidade de saúde a ser credenciada, sem sobreposição de tempo.	1,00	05	5,00
TOTAL MÁXIMO DE PONTUAÇÃO					5,00 pontos

5.2.5 - Havendo empate na totalização dos pontos terá preferência o candidato com o número de registro mais antigo no respectivo conselho de classe do estado de **Minas Gerais**.

6 - Primeira etapa - Do cadastro e envio dos documentos

6.1 - Os interessados em participar do credenciamento deverão acessar o *site* do IPSM, no endereço eletrônico, *link* <http://www.ipsm.mg.gov.br/editais.asp>, e anexar os apêndices I, II e III devidamente preenchidos, acompanhados de toda a documentação exigida, conforme o anexo II, após a efetivação do cadastro em “Cadastro de Interessados”.

6.1.2 - A efetivação do cadastro e o envio dos documentos não garantem a habilitação ao credenciamento, que se dará conforme a necessidade e/ou conveniência do IPSM.

6.1.3 - O “cadastro de interessados” deverá ser concluído (com a inclusão de todos os documentos constantes do Anexo II), em até **05 (cinco)** dias após o seu início, sob pena de inabilitação.

6.1.4 - Todos os campos do cadastro deverão ser obrigatoriamente preenchidos.



6.2 - O período para o envio documental para o credenciamento será de **01/06/2022** a **15/06/2022**.

6.3 - Os documentos exigidos no **Anexo II** que possuem data de validade, deverão estar válidos na data do cadastro e inserção dos documentos no site, e, ainda, no momento da habilitação, da assinatura eletrônica do contrato, bem como deverão estar regulares durante a sua vigência contratual e apresentados atualizados quando solicitados.

6.4 - Os documentos nos quais o prazo de validade não estiver expressamente mencionado, somente serão aceitos dentro do prazo máximo de **90 (noventa dias)**, contados da data de sua emissão.

6.5 - Não serão conhecidos os documentos enviados por *fax*, Correios, *e-mails* ou por quaisquer outros meios que não seja o previsto no subitem 1.1, bem como fora dos padrões e prazos estabelecidos neste Edital.

6.6 - O IPISM não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere à disponibilização de documentos, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência e o recebimento dos dados e dos documentos.

7 - Segunda Etapa – Da análise documental e critério de julgamento feitos pelo IPISM

7.1 - A análise dos documentos inseridos, conforme subitem 1.1, bem como a habilitação ou inabilitação ocorrerá durante o prazo do presente Edital de credenciamento ou em até **60 (sessenta)** dias após o término de sua vigência ou revogação.

7.2 - A análise documental deste Edital, conforme **Anexo II** e seus Apêndices, será efetuada com base nos critérios do subitem 1.1, de cadastro, inserção, recebimento, autenticidade e validade dos documentos.

7.2.1 - Toda a documentação exigida, conforme detalhamento no **Anexo II**, é requisito obrigatório à habilitação jurídica, técnica, fiscal e trabalhista do interessado, sendo que a ausência, a inconsistência ou o prazo da data de validade expirado de quaisquer documentos, implicará inabilitação do interessado.

7.2.2 - Em nenhuma hipótese será permitido o envio de protocolos em substituição aos documentos exigidos.

7.3 - Será observado o que dispõe a Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018 que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

7.4 - Fica resguardado ao IPISM, o direito de solicitar os documentos originais, conforme a necessidade e/ou conveniência administrativa.

8 - Quarta Etapa - Da habilitação e divulgação dos prestadores habilitados e inabilitados e devolução:

8.1 - A habilitação e contratação se dará conforme a necessidade e/ou conveniência administrativa do IPISM.

8.2 - A habilitação será comprovada mediante análise da efetivação do cadastro no site, envio da documentação e seus Apêndices, bem como, do cumprimento de todos os requisitos do Edital, comprovação da habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista e parecer da Comissão Técnica.

8.3 - A habilitação, inabilitação, poderá ser realizada em até **60 (sessenta) dias** após o término de sua vigência ou revogação.

8.4 - Os resultados (dos interessados habilitados e inabilitados) serão publicados no Diário Oficial do Estado, e também disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.ipsm.mg.gov.br/editais.asp>, à medida que for feita a conferência da documentação, conforme necessidade e/ou conveniência do IPISM.



8.5 - Os habilitados/inabilitados ao credenciamento também constarão de listagem que será mantida para livre consulta na Gerência de Credenciamento e Gestão da Rede de Saúde – GCGRS ou ainda poderá ser acompanhado o andamento do processo no site em “cadastro de interessado”

8.6 - Serão considerados inabilitados, a qualquer tempo, os interessados que:

a) - Por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o expediu.

b) - Estejam inadimplentes com as obrigações assumidas junto aos órgãos fiscalizadores da atividade, sejam financeiras ou de registro profissional, bem como os que possuam qualquer processo em andamento ou punição administrativa desabonadora da sua conduta ético-profissional;

c) - Deixarem de apresentar qualquer documento exigido neste Edital ou que os critérios de entrega, autenticidade e validade estejam em desacordo com o estabelecido neste Edital;

8.7 - Os inabilitados (próprio interessado ou seu representante legalmente constituído), poderá interpor recurso, poderão encaminhar recurso para o e-mail, documentos.convenios@ipsm.gov.br, devidamente fundamentado, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do **primeiro dia útil subsequente à data da publicação do resultado no Diário Oficial** do Estado de Minas Gerais.

8.8 - O recurso limitar-se-á às questões de habilitação, considerando exclusivamente a avaliação da documentação inserida no *site* no ato da efetivação do cadastro (conforme subitem 1.1)

8.9 - O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico documentos.convenios@ipsm.gov.br, no prazo do subitem 8.7, e será analisado em até **15 (quinze) dias úteis**, e deverá conter:

a) - No *Assunto* do e-mail deverá conter: Nome do candidato e o nº do Edital de referência.

b) - No anexo do e-mail: O recurso fundamentado e assinado.

8.10 - A diretoria do IPSM, após análise técnica e/ou jurídica poderá decidir pela manutenção ou reforma da decisão, devendo, neste caso, **expedir decisão definitiva no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após o prazo descrito** no item 8.9.

8.11 - Não serão conhecidos os recursos enviados por *fax*, Correios ou por quaisquer outros meios que não sejam por correio eletrônico, conforme item 8.7, bem como fora dos padrões e prazos deste Edital.

8.12 - Somente será admitido recurso em face dos fundamentos que justificaram a inabilitação.

8.13 - Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados no Diário Oficial do Estado e no *site*: www.ipsm.mg.gov.br.

9 - Quarta Etapa: Da Classificação

9.1 -Analisada a documentação para verificar o cumprimento das exigências do Edital, para efeito de habilitação, a Comissão técnica citada no item 5.2.3 procederá a análise de títulos para fins classificatórios, conforme as tabelas constantes dos itens 5.2.4 e 5.2.4.1.

9.2 - Após a análise, no prazo estabelecido no item 5.2.3, a Gerência de Credenciamento e Gestão da Rede de Saúde – GCGRS publicará os nomes e a ordem de classificação dos habilitados no Diário Oficial do Estado e no Endereço Eletrônico www.ipsm.mg.gov.br.

9.3 - O interessado poderá apresentar recurso limitando-se às questões de classificação, considerando exclusivamente a



avaliação da documentação apresentada no ato da inscrição, não sendo considerado documento anexado posteriormente, em fase de recurso.

9.4 - O recurso deverá ser encaminhado por meio eletrônico para o endereço documentos.convenios@ipsm.gov.br, nos termos do item 8.7.

9.5 - **O Diretor Geral/IPSM**, após análise técnica e/ou jurídica poderá decidir pela reconsideração ou manutenção da decisão, devendo, neste caso, expedir decisão definitiva no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após o prazo descrito no item 9.4.

9.6 - Somente o próprio interessado ou seu representante legalmente constituído poderá interpor recurso;

9.7 - Não serão conhecidos os recursos enviados por fax ou Correios, nem fora dos padrões e prazos deste Edital.

9.8 - Só será admitido um recurso do interessado que verse sobre o mesmo motivo de contestação.

9.9 - Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico: www.ipsm.mg.gov.br.

10 - Em caso de divulgação dos habilitados com a ordem classificatória, os recursos deverão ser encaminhados em conjunto, se for o caso, no prazo do item 9.4.

10 - Quinta Etapa - Do Credenciamento

10.1 - O credenciamento para a prestação dos serviços de que trata este Edital, dar-se-á de forma direta, por inexigibilidade de licitação, especialmente com fulcro no artigo 25, *caput*, da Lei Nacional nº 8666/93 e no ato de Inexigibilidade de Licitação nº **01/2022, de 25/03/2022**.

10.2 - A contratação dos habilitados será conforme a necessidade e/ou conveniência administrativa do IPSM, por instrumento de prestação de serviços, onde se estabelecerão os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, bem como as regras de atendimento, de pagamento, de acompanhamento da execução dos serviços e demais normas, conforme minuta constante do **Anexo IV** deste Edital.

10.3 - O não credenciamento dos interessados habilitados não estabelece ou gera qualquer ônus, indenização ou obrigação ao IPSM.

10.4 - O contrato terá a sua vigência estabelecida pelo IPSM, dentro dos limites previstos pela, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.5 - O contrato será formalizado com a presença, no que couber, das cláusulas previstas no artigo 55 da Lei Nacional nº 8666/93 e demais legislações correlatas e conexas.

10.6 - O início das atividades dar-se-á a partir da **assinatura eletrônica** do contrato, nos termos dos Decretos Estaduais nºs 47.222, de 26 de julho de 2017; 47.228 de 04 de agosto de 2017, Resolução Conjunta Seplag/Sec nº 9.921 de 02 de outubro de 2018, caso outro prazo não seja fixado pela Administração.

10.7 - Para efetivar a assinatura eletrônica os representantes(s) legal (ais) ou representante legalmente constituído, deverão acessar o Sistema Eletrônico de Informação do Governo de Minas Gerais – SEI/MG, no link <http://sei.mg.gov/usuarioexterno>, realizar o cadastro e encaminhar os documentos constantes no Termo de Concordância e Veracidade para o e-mail usuario.externo@ipsm.gov.br.

10.8 - Após, o cumprimento do item 10.7, serão cadastrados como “Usuário Externo” e provocados pelo IPSM, via e-mail, para assinatura eletrônica do contrato que deverá ocorrer em até **03 (três) dias corridos**, sob pena de inabilitação.



10.9 - A realização do cadastro como usuário externo no SEI importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto 47.222, de 26 de julho de 2017 e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), respondendo o (a) interessado (a) administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido do SEI e pelo teor da integridade dos documentos digitalizados.

10.10 - O contrato poderá ser alterado, conforme a necessidade e/ou conveniência administrativa do IPSM.

10.11- O valor do contrato será o valor dos serviços comprovadamente prestados, de acordo com as tabelas de preços do PAS/SiSau, nos termos do subitem 2.1 deste edital, obedecida a disponibilidade de dotação orçamentária e repasse financeiro.

10.12 - O (A) CONTRATADO (a) que estiver inscrito no Cadastro Geral do CAGEF, obrigatoriamente deverá manter seu cadastro atualizado junto ao órgão, para viabilizar o recebimento dos valores dos serviços prestados e devidamente processados no DPRO.

10.13 - O (A) CONTRATADO (a) que tiver a inscrição no CAGEF pela modalidade Unidade de Compras, a ser providenciada pelo Contratante/IPSM, obrigatoriamente deverá manter seu cadastro atualizado junto aos órgãos competentes, para viabilizar o recebimento dos valores dos serviços prestados e devidamente processados no DPRO.

10.14 - Toda e qualquer alteração nos dados como por exemplo: mudança de endereço, de conta bancária, na forma de tributação e no estado civil (se for o caso), deverá ser atualizada junto aos órgãos competentes e ao CONTRATANTE/IPSM, para que ocorra a integração dos dados, sob pena do não recebimento dos valores processados, até a regularização da pendência.

10.15 - O (A) contratado (a) deverá a qualquer tempo, quando solicitado, apresentar documentos dos quais são necessários para o correto preenchimento do cadastro no CAGEF.

11 - Sexta Etapa - Do acompanhamento da execução do contrato

11.1 - O IPSM juntamente com a Gerência da **Clínica de Fisioterapia do Hospital da Polícia Militar - HPM**, e pelos chefes da **Clínica de Fisioterapia do Núcleo de Assistência Integral à Saúde da Academia de Polícia Militar – Nais/APM** e da **Clínica de Fisioterapia localizada no 3º Batalhão de Bombeiro Militar – 3º BBM/MG**, realizarão o acompanhamento da execução dos serviços contratados por meio de auditorias, treinamentos, comunicações escritas e outras atividades correlatas, devendo as intercorrências serem registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

11.2 - Os classificados que forem contratados prestarão serviços na **Clínica de Fisioterapia do Hospital da Polícia Militar - HPM**, na **Clínica de Fisioterapia do Núcleo de Assistência Integral à Saúde da Academia de Polícia Militar – Nais/APM** e na **Clínica de Fisioterapia localizada no 3º Batalhão de Bombeiro Militar – 3º CBMMG**, conforme a necessidade e conveniência administrativa do IPSM.

11.3 - O Acompanhamento técnico ficará a cargo da Chefia do Serviço de Fisioterapia Ambulatorial do HPM.

11.4 - A fiscalização ou o acompanhamento previsto nos itens 11.1 e 11.3 não excluem e não reduzem a responsabilidade dos credenciados por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

12 - Do valor e dos créditos orçamentários

12.1 - Os pagamentos dos serviços efetivamente prestados somente serão efetuados por depósito em conta corrente,



mediante apresentação do Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), que deverá ser entregue na unidade responsável pela contratação (IPSM), após o atestado desta via Sistema Informatizado e auditoria técnica/administrativa de que os serviços foram realizados de acordo com os valores constantes da tabela de preços do PAS/SiSau, conforme item 2.1.

12.2 - O número de sessões efetivamente realizadas será limitado a carga horária semanal, de acordo com o Anexo III.

12.3 - Do valor da tabela de procedimento efetivamente realizado será descontado **5% (cinco por cento)** no valor da Tabela do SiSau, conforme a legislação pertinente (**Deliberação de Saúde nº 55/2017, nº 67/2018, nº 73/2019**), ou outras que vierem a substituí-las, e, limitando-se ao número de consultas/sessões ao mês e carga horária semana, conforme anexo III desde Edital.

12.4 - Para atender às despesas decorrentes dos credenciamentos oriundos desde Edital, o IPSM utilizará recursos em conformidade com as dotações abaixo, constantes do orçamento, ou outras que vierem a substituí-las para os exercícios subsequentes: 2121 10 302 002 4001 0001 3390 36 08 0 10 1; 2121 10 302 002 4001 0001 3390 39 29 0 10 1; 2121 10 302 002 4001 0001 3390 39 29 0 49 1; 2121 10 302 002 4001 0001 3390 39 29 0 50 1; 2121 10 302 002 4001 0001 3390 39 29 0 60 1; 2121 10 302 002 4002 0001 3390 36 09 0 10 1; 2121 10 302 002 4002 0001 3390 39 29 0 10 1; 2121 10 302 002 4002 0001 3390 39 29 0 49 1.

13 - Das sanções administrativas e da rescisão (descredenciamento)

13.1 - Nos termos do artigo 87 da Lei Nacional nº 8666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo descumprimento de quaisquer obrigações assumidas perante o IPSM, o credenciado ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, conforme item 13.2

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.2 - A multa será de 10% sobre o valor dos 3 (três) últimos faturamentos mensais liquidados, e será monetariamente corrigida pelo **Índice de Preço ao Consumidor - Amplo – IPC-A** ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, podendo ser aplicada isolada ou cumulativamente, facultando-se ao IPSM deduzir a respectiva importância do faturamento que for devido ao credenciado.

13.3 - O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ato formal e unilateral do IPSM, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

13.4 - Também são causas de descredenciamento direto o descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital e no contrato de credenciamento, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação ao SiSau ou ao seu beneficiário, além de situação em que for emitido parecer técnico desfavorável ao credenciado.

13.5 - O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento mediante notificação por escrito ao IPSM, com antecedência mínima de **120 (cento e vinte) dias**, sem prejuízo dos serviços em andamento. Poderá esse prazo ser reduzido a critério do IPSM, se a interrupção das atividades em andamento não causar prejuízo ao beneficiário do SiSau.

13.6 - O credenciado que interromper ou suspender total ou parcialmente a prestação de serviços por qualquer período, poderá implicar rescisão unilateral contratual direta pelo CONTRATANTE.



14 - Disposições gerais

14.1 - É facultada à autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de processo, inclusive com a fixação de prazo para resposta.

14.2 - Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo de credenciamento.

14.3 - Os contratos, objetos deste Edital, deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e demais normas de saúde regulamentadoras. Caso haja indício de violação contratual pelo credenciado, o IPSM poderá suspender temporariamente a continuidade da prestação de serviços, até a apuração em processo administrativo, visando resguardar o público beneficiário de saúde do SiSau.

14.4 - Caberá ao credenciado a obediência às normas de qualidade de atendimento impostas pelo Ministério da Saúde e Vigilância Sanitária ou outra entidade reguladora da atividade exercida. Se no curso da execução do contrato houver violação contratual pelo credenciado, a fim de resguardar o público beneficiário de saúde do SiSau reservando-se ao IPSM o direito de rescindir, recusar, sustar ou interromper definitivamente a prestação de serviços daqueles que não estiverem de acordo às normas estabelecidas.

14.5 - A inexistência de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do interessado ou habilitado do processo de credenciamento, anulando-se a inscrição ou promovendo a rescisão do contrato, bem como todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

14.6 - É de inteira responsabilidade do interessado acompanhar as informações e os resultados disponibilizada via *e-mail* e/ou no *site* institucional e/ou na sede do Instituto ou divulgadas no diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

14.7 - Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) **GCG-DS-DG-IPSM**, com base nas disposições da Lei Nacional nº 8666/93 e nos demais dispositivos legais mencionados neste Edital ou outras normas que vierem a substituí-los.

14.8 - Os serviços contratados deverão ser executados nas instalações da **Clínica de Fisioterapia do Hospital da Polícia Militar - HPM**, na **Clínica de Fisioterapia do Núcleo de Assistência Integral À Saúde da Academia de Polícia Militar – Nais/APM**; ou na **Clínica de Fisioterapia localizada no 3º Batalhão de Bombeiro Militar – 3º CBMMG, conforme a necessidade e conveniência administrativa do IPSM**, com seus próprios recursos, equipamentos, materiais e demais meios necessários para o cumprimento do objeto do contrato.

14.9 - O presente Edital poderá ser revogado a qualquer tempo por razões de interesse público, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.

14.10 - São de inteira responsabilidade do (a) CONTRATADO (A) a manutenção e calibração dos equipamentos e instrumentos, quando necessária a assistência, visando o seu bom estado de funcionamento e execução correta dos serviços, obedecendo as Recomendações da Diretoria Colegiada – RDC da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

14.11 - Os produtos para a saúde ou materiais utilizados na assistência dos beneficiários do IPSM deverão estar devidamente registrados na ANVISA.

14.12 - O contrato, após sua formalização, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e demais normas de saúde regulamentadoras dos respectivos serviços prestados. Entretanto, se no curso da execução houver indício de violação contratual pelo (a) credenciado (a), a fim de resguardar o público beneficiário de saúde



do SiSau, fica facultado ao contratante/IPSM suspender temporariamente a permissão para continuidade da prestação de serviços prevista no contato, até o término do processo administrativo instaurado para apuração dos fatos supostamente irregulares/indevidos.

14.13 - O (A) CONTRATADO (A) deverá utilizar o Sistema Integrado de Gestão de Assistência à saúde (SIGAS) ou outro disponibilizado pelo CONTRATANTE para registro de autorização de procedimentos e rotinas de internações por meio do acesso disponível no site do IPISM ou mediante serviço de Webservice de integração. No caso da opção pelo uso do serviço de integração (se for oportunizada essa faculdade pelo CONTRATANTE), os ajustes devem ser feitos pelo próprio prestador, conforme diretrizes e documentação do IPISM.

14.14 - O Faturamento de todos os atendimentos devem ser gerados no SIGAS ou outro Sistema disponibilizado pelo CONTRATANTE, por meio do acesso disponível no site do IPISM ou mediante serviço de webservice de importação de contas desenvolvido no padrão TISS. No caso da opção pelo uso do serviço de Webservice de importação de contas, padrão TISS (se for oportunizada essa faculdade pelo CONTRATANTE), os ajustes devem ser realizados pelo próprio prestador, conforme diretrizes e documentação do IPISM.

14.15 - É de inteira responsabilidade do (a) contratado (a) acompanhar as informações, alterações de tabelas do SiSau e demais normas do SiSau disponibilizados via *e-mail* e/ou no *site* institucional e/ou nas redes sociais do IPISM.

14.16 - O Interessado no credenciamento ou o CONTRATADO (A), atendendo aos ditames da Lei 13.709/2018 (LGPD), ou outra(s) que vier(em) a substituí-la(s), autoriza o IPISM a realizar o tratamento dos seus dados pessoais.

15 - Foro

O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital é o da comarca de Belo Horizonte/MG.

Belo Horizonte, de de 2022.

Fabiano Villas Boas, Coronel PM QOR
Diretor de Saúde do IPISM

Marconedson Itabayana Ferreira
OAB/MG 134.180



Integram este Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I** - Categorias profissionais, áreas de atuação, requisitos e número de vagas;
- b) ANEXO II** - Relação de documentos necessários para habilitação ao credenciamento:
 - Apêndice I - Ficha Cadastral;
 - Apêndice II - Currículo Padrão;
 - Apêndice III - Modelos de declarações;
- c) ANEXO III** - Carga horária semanal e limite de atendimentos;
- d) ANEXO IV** - Modelo de Minuta Contratual;
- e) ANEXO V** - Tabela de valores do SiSau.

**ANEXO I – ESPECIALIDADES PROFISSIONAIS, NÚMERO DE VAGAS E REQUISITOS MÍNIMOS**

PROFISSIONAL DE SAÚDE - FISIOTERAPEUTA / TOTAL DE VAGAS = 14			
ÁREA DE ATUAÇÃO	Nº DE VAGAS	REQUISITOS MÍNIMOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL (EM HORAS)*
RPG (Reeducação Postural Global)	01	Apresentação de Certificado comprovando aperfeiçoamento teórico-prático com no mínimo de 80 horas-aula. Comprovação de experiência clínica mínima de 02 anos em RPG.	Mínima: 25 Máxima: 30
Fisioterapia Uroginecológica, Coloproctológica e Disfunções do assoalho pélvico	01	Pós graduação Lato Sensu em Fisioterapia Uroginecológica e/ou coloproctológica e/ou disfunç e/ou Saúde da Mulher presencial, reconhecida pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas-aula. Comprovação de experiência clínica mínima de 02 anos no tratamento das disfunções uroginecológicas e/ou coloproctológicas.	Mínima: 25 Máxima: 30
Fisioterapia Aquática	03	Pós graduação Lato Sensu em Fisioterapia Aquática presencial, reconhecida pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas-aula. Comprovação de experiência clínica mínima de 02 anos em fisioterapia aquática.	20
Fisioterapia para Disfunções Temporomandibulares	01	Apresentação de Certificado comprovando aperfeiçoamento teórico-prático em tratamento de disfunções de ATM com no mínimo de 70 horas-aula. Comprovação de experiência clínica mínima de 02 anos no tratamento de disfunções têmporo-mandibulares.	Mínima: 25 Máxima: 30
Fisioterapia em Geriatria e Gerontologia	01	Pós graduação Lato Sensu em Geriatria e/ou gerontologia presencial, reconhecida pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas-aula. Comprovação de experiência clínica mínima de 02 anos em geriatria e ou gerontologia.	Mínima: 25 Máxima: 30
Fisioterapia Traumato Ortopédica e/ou Esportiva	05	Pós graduação Lato Sensu em Fisioterapia traumato ortopédica ou esportiva presencial, reconhecida pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas-aula. Comprovação de experiência clínica mínima de 02 anos no tratamento das disfunções ortopédicas e ou esportivas.	Mínima: 25 Máxima: 30
Fisioterapia em Reabilitação do Membro Superior	02	Pós graduação Lato Sensu em Reabilitação do Membro Superior presencial, reconhecida pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas-aula. Comprovação de experiência clínica mínima de 02 anos no tratamento das disfunções do membro superior.	Mínima: 25 Máxima: 30

*** O limite máximo de atendimentos será de 04 atendimentos por hora exceto na Fisioterapia Aquática e Geriatria que serão no máximo 03 pacientes por hora; além dos atendimentos individualizados de RPG, Disfunções Uroginecológica e Coloproctológica, e DisfunçõesTtemporomandibulares.**



ANEXO II - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO AO CREDENCIAMENTO

- I. Apêndice I - Ficha Cadastral;
- II. Apêndice II - Currículo Padrão;
- III. Apêndice III - Declarações
- IV. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF);
- V. Cópia da carteira de identidade civil;
- VI. Cópia da carteira de identidade profissional;
- VII. Número de inscrição do trabalhador (NIT/PIS/PASEP);
- VIII. Cópia do comprovante de endereço residencial;
- IX. Cópia do diploma de graduação ou certificado de conclusão do curso expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC (frente/verso)
- X. Cópia do Título de Especialista/Certificado de conclusão de Pós-Graduação ou Certificado de Registro no Conselho Regional de classe referente à especialidade pretendida, se houver;
- XI. Comprovante de inscrição e comprovante de regularidade com as anuidades junto ao Conselho Regional de sua categoria;
- XII. Comprovante de Conta bancária pessoa física, do interessado (Não serão aceitas conta conjunta, poupança ou conta salário) – (Quando solicitado)
- XIII. Certidão Negativa de Execução Cível, emitida pelo Fórum do município do prestador – emitida através do site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais;
- XIV. Certidão Negativa de Débito Federal (Tributos Federais);
- XV. Certidão Negativa de Débito Estadual;
- XVI. Certidão Negativa de Débito Municipal;
- XVII. Certidão Negativa de Débito do FGTS ou Declaração que não possui empregado com carteira assinada;
- XVIII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- XIX. Cópia do Cartão de Vacinação Atualizado, conforme NR 32 - do Ministério do Trabalho, contendo a informação/descrição de estar em dia com a(s) dose(s) da vacina contra Hepatite B e/ou Anti-HBS quantitativo;
- XX. Cópia da Certidão negativa do Conselho Regional de sua categoria em relação a condenações por infração às regras éticas e profissionais exigidas para o exercício da profissão;
- XXI. Certidão Negativa no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP,
- XXII - Declaração para retenção do ISSQN, e/ou comprovante de pagamento de acordo com a atividade cadastrada.



APÊNDICE I - FICHA CADASTRAL

FICHA CADASTRAL		
NOME COMPLETO:		CPF/MF:
CI nº	Expedição:	E-mail:
Telefone Residencial:		Celular:
LOCAL E ENDEREÇO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS		
Local:		
Endereço:		Nº:
Bairro:	Cidade:	CEP:
Número do NIT/PIS/PASEP:		Data Nascimento:
Especialidade a ser contratada:		
Serviços prestados:		
ISSQN: Recolhe na fonte? Sim () Não () Caso não recolha na fonte enviar comprovante da forma de recolhimento.		
ENDEREÇO RESIDENCIAL		
Avenida/Rua:		nº Bairro:
Cidade:		CEP:
PROCEDIMENTOS		
Código SiSau	Descrição	
Declaro, para os devidos fins, que tenho conhecimento do Edital de credenciamento 04/2022 , das normas, instruções e tabelas vigentes do IPISM/Sisau, comprometendo-me a cumpri-las.		
Responsabilizo-me pela exatidão das informações prestadas, que poderão ser verificadas a qualquer tempo.		
LOCAL:	DATA:	ASS:



APÊNDICE II – CURRÍCULO PADRÃO

CURRÍCULO PADRÃO		
NOME COMPLETO:		CPF/MF:
Graduação		
Curso:	Instituição:	
Período:	Nº do Registro do certificado:	
Especialização		
Curso:	Instituição:	
Período:	Nº do Registro do certificado	
Residência		
Curso:	Instituição:	
Período:	Nº do Registro do certificado:	
Mestrado		
Curso:	Instituição:	
Período:	Nº do Registro do certificado:	
Doutorado		
Curso:	Instituição:	
Período:	Nº do Registro do certificado:	
Produção científica nos últimos 5 anos:	Informar/Anexar a referida publicação:	
Experiência profissional na área pretendida		
Setor:	Período:	Instituição
Setor:	Período:	Instituição
Setor:	Período:	Instituição
Setor:	Período:	Instituição
Assinatura:	Local:	Data:
Responsabilizo-me pela exatidão das informações , que poderão ser verificadas a qualquer tempo.		



APÊNDICE III – MODELO DECLARAÇÕES (FGTS, ISSQN E INSS)

a) Modelo declaração (FGTS)

Eu, _____, brasileira (o), inscrito (a) no Conselho Regional de _____ do Estado de Minas Gerais, sob o nº _____, portador(a) do CPF nº _____ NIT nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua: _____, nº _____, Bairro: _____, na Cidade de - _____/MG – CEP _____, **DECLARO**, para os devidos fins que não possuo empregado com carteira assinada para fins de recolhimento do FGTS.

Atenciosamente,

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do prestador de serviço.



b) Modelo – Declaração (ISSQN) – Retenção na Fonte

Eu, _____, brasileira (o), inscrito (a) no Conselho Regional de _____ do Estado de Minas Gerais, sob o nº _____, portador(a) do CPF nº _____ NIT nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua: _____, nº _____, Bairro: _____, na Cidade de - _____/MG – CEP _____, na condição de interessado no credenciamento do para prestação de serviços de saúde de saúde junto ao **Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais – IPSM/MG**, conforme Edital nº _____/_____, autorizo a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na fonte pagadora, relativos aos serviços de saúde prestados.

Atenciosamente,

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do prestador de serviço.



c) Modelo declaração INSS (Retenção na Fonte)

Eu, _____ brasileira (o), inscrito (a) no Conselho Regional de _____ do Estado de Minas Gerais, sob o nº _____, portador(a) do CPF nº _____ e inscrição do INSS nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua: _____, nº _____, Bairro: _____, na Cidade de - _____/MG – CEP _____, **DECLARO**, para os devidos fins de direito e a quem interessar, sob as penas da Lei e na condição de credenciado (a) junto ao Instituto de Previdência Social dos Militares de Minas Gerais/IPSM, Edital de Credenciamento nº _____/_____, que não possuo vínculo empregatício/previdenciário de nenhuma outra espécie.

Dessa forma, autorizo a retenção da contribuição previdenciária (11% - onze por cento) sobre o total da minha remuneração devida, a partir desta data.

Atenciosamente,

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do prestador de serviço.



d) Modelo declaração INSS – (Inferior ao Teto)

Eu, _____, brasileira (o), inscrito (a) no Conselho Regional de _____ do Estado de Minas Gerais, sob o nº _____, portador(a) do CPF nº _____ e inscrição do INSS nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua: _____, nº _____, Bairro: _____, na Cidade de _____/MG – CEP _____, **DECLARO** sob as penas legais, para fins do disposto na forma prevista no § 1º do art. 64 da INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 971, DE 13/11/2009, com posteriores alterações, especificamente na INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1997, de 07/12/2020, a ordem de precedência e as remunerações que foram ou serão tributadas em outras empresas que devem ser observadas para fins de desconto de minha contribuição à seguridade social, na competência do (s) mês (es) de _____ do ano de _____, sobre o recolhimento da contribuição social por mim devida será sobre o valor de R\$ _____.

Na hipótese de, por qualquer razão, deixar de receber a remuneração inferior ao limite máximo do salário-de-contribuição, comprometo a recolher o valor complementar junto ao INSS, conforme estabelecido na Lei 10.666 de 08/05/2003 e IN 971 de 13/11/2009.

ORDEM	CNPJ EMPRESA	NOME EMPRESA	REMUNERAÇÃO
1ª			R\$
2ª			R\$

Atenciosamente,

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do prestador de serviço.

Instrução Normativa RFB Nº 1997, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

Art. 67. O contribuinte individual que prestar serviços a mais de uma empresa ou, concomitantemente (...), informar o fato à empresa em que isto ocorrer, mediante a apresentação:

I - do comprovante de pagamento ou declaração previstos no § 1º do art. 64, quando for o caso;

Art. 64. O segurado empregado (...), que possuir mais de 1 (um) vínculo, deverá comunicar a todos os seus empregadores, mensalmente, a remuneração recebida até o limite máximo do salário-de-contribuição, envolvendo todos os vínculos (...)

§ 3º O segurado contribuinte individual é responsável pela declaração prestada na forma do inciso I do caput e, na hipótese de, por qualquer razão, deixar de receber a remuneração declarada ou receber remuneração inferior à informada na declaração, deverá recolher a contribuição incidente sobre a soma das remunerações recebidas das outras empresas sobre as quais não houve o desconto em face da declaração por ele prestada, observados os limites mínimo e máximo do salário-de-contribuição(...)

I - 11% (onze por cento) sobre a diferença entre o salário-de-contribuição efetivamente declarado em GFIP, somadas todas as fontes pagadoras no mês, e o salário-de-contribuição sobre o qual o segurado sofreu desconto; (...)



e) Modelo declaração INSS – (Atinge o Teto Máximo)

Eu, _____, brasileira (o), inscrito (a) no Conselho Regional de _____ do Estado de Minas Gerais, sob o nº _____, portador(a) do CPF nº _____ e inscrição do INSS nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua: _____, nº _____, Bairro: _____, na Cidade de _____/MG – CEP _____, **DECLARO** sob as penas legais, para fins do disposto na forma prevista no § 1º do art. 64 da INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 971, DE 13/11/2009, com posteriores alterações, especificamente na INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1997, de 07/12/2020, a ordem de precedência e as remunerações que foram ou serão tributadas em outras empresas que devem ser observadas para fins de desconto de minha contribuição à seguridade social, e que a remuneração tributada em outras fontes **atinge o limite máximo do Salário de Contribuição**, no (s) mês (es) de _____ do ano de _____.

ORDEM	CNPJ EMPRESA	NOME EMPRESA	REMUNERAÇÃO
1ª			R\$
2ª			R\$

Atenciosamente,

_____, de _____ de 20_____.

Assinatura do prestador de serviço

Instrução Normativa RFB Nº 1997, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

Art. 67. O contribuinte individual que prestar serviços a mais de uma empresa ou, concomitantemente (...), informar o fato à empresa em que isto ocorrer, mediante a apresentação:
I - do comprovante de pagamento ou **declaração** previstos no § 1º do art. 64, quando for o caso;

Art. 64. O segurado empregado (...), que possuir mais de 1 (um) vínculo, deverá comunicar a todos os seus empregadores, mensalmente, a remuneração recebida até o limite máximo do salário-de-contribuição, envolvendo todos os vínculos (...)

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo, o segurado deverá apresentar declaração, conforme modelo constante do Anexo XXI, na qual deverão ser informados:
II - o valor sobre o qual é descontada a contribuição ou a declaração de que a remuneração recebida atingiu o limite máximo do salário-de-contribuição;



ANEXO III - CARGA HORÁRIA SEMANAL E LIMITE DE ATENDIMENTOS POR ESPECIALIDADE

ESPECIALIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL (EM HORAS)		LIMITE MÁXIMO DE ATENDIMENTOS
	MÍNIMA	MÁXIMA	
FISIOTERAPIA AQUÁTICA	20		03 atendimentos/hora
FISIOTERAPIA (OUTRAS ESPECIALIDADES)	25	30	04 atendimentos/hora
FISIOTERAPIA EM GERIATRIA	25	30	03 atendimentos
FISIOTERAPIA (ATENDIMENTOS INDIVIDUALIZADOS)	25	30	01 atendimentos



ANEXO IV – MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 00.xservicoN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS E xcontratadaTit, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA FORMA ABAIXO.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSM, Autarquia Estadual de Previdência, nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 11.406 de 28/01/94, nos termos do artigo 54 c/c artigo 78 da Lei Estadual nº 22.257, de 27/07/2016, com sede na Rua: Paraíba, nº 576, Bairro: Savassi, CEP: 30.130-141, nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.444.779/0001-37, neste ato representado pelo seu Diretor de Saúde, **xdirSaude**, portador da Carteira de Identidade nº **xdirId**, expedida por **xdirExp**, inscrito no CPF/MF sob o nº **xdirCpf**, conforme artigo 36 do Decreto nº 48.064, de 16 de outubro de 2020, **Portaria DG 941/2021**, publicada no Minas Gerais nº 23 de 04 de fevereiro de 2021, Decreto Estadual nº 44.405, de 07 de novembro de 2006, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, doravante denominado CONTRATANTE, e **xcontratada**, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº **xrCpf**, CI nº **xrCI**, expedida por **xrExpedicao**, **CREFITO nº** _____, residente e domiciliado(a) na **xrLogradouro**, Bairro: **xrBairro**, na Cidade de **xrCidade**/MG, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes; as normas gerais da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores modificações; observando o que estabelece a Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, e, ainda, o reconhecimento de inexigibilidade de licitação, Processo **Processo nº 01/2022-GAS/IPSM**, de **25/03/2022**, fundamentado no “caput” do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o disposto no Decreto Estadual nº 44.405, de 07 de novembro de 2006, **Portaria DG nº 997/2021 - IPSM de 18 de dezembro de 2021**, Edital de Credenciamento nº **04/2022** e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde, mediante as cláusulas e condições seguintes.

SEÇÃO I - DO OBJETO

Pelo presente Contrato, o CONTRATADO compromete-se a prestar serviços de Assistência à Saúde, para atuar na **Clínica de Fisioterapia do Hospital da Polícia Militar - HPM**, ou na **Clínica de Fisioterapia do Núcleo de Assistência Integral À Saúde da Academia de Polícia Militar – Nais/APM**; ou na **Clínica de Fisioterapia localizada no 3º Batalhão de Bombeiro Militar – 3º BBM, podendo atuar em quaisquer das clínicas conforme a necessidade e conveniência administrativa do IPSM**, visando à prestação de serviços de saúde aos beneficiários do SiSau, na especialidade **Fisioterapia**, presente no Anexo I, de acordo com as tabelas de preços do SiSau, em conformidade com a legislação prevista no edital e neste contrato, nas **Deliberações de Saúde nº 55/2017, nº 67/2018, nº 73/2019**, ou outras que vierem a substituí-las e demais normas conexas e/ou específicas do SiSau.

§1º - Os serviços serão prestados aos beneficiários do Plano de Assistência à Saúde PAS/SiSau/PMMG-CBMMG-IPSM exclusivamente na **Clínica de Fisioterapia do Hospital da Polícia Militar - HPM**, ou na **Clínica de Fisioterapia do Núcleo de Assistência Integral À Saúde da Academia de Polícia Militar – Nais/APM**; ou na **Clínica de Fisioterapia localizada no 3º Batalhão de Bombeiro Militar – 3º BBM, podendo atuar em quaisquer das clínicas conforme a necessidade e conveniência administrativa do IPSM**

§2º - A Carga Horária Semanal **mínima** será de **20 (vinte) horas** semanais para **fisioterapia aquática** e **mínima de 25 (vinte e cinco) horas** semanais e **máxima de 30 (trinta) horas** semanais para as outras especialidades.

§3º - Os serviços serão prestados aos beneficiários do Plano de Assistência à Saúde PAS/SiSau/PMMG-CBMMG-IPSM no endereço: **xrLogradouro**, Bairro: **xrBairro**, na Cidade de **xrCidade**.



§4º - O(A) CONTRATADO(A) não possui qualquer vínculo de natureza empregatícia com o IPSM/CBMMG/PMMG ou com o Estado de Minas Gerais, sendo o presente contrato administrativo regido exclusivamente pelas normas do Direito Público constantes do preâmbulo deste instrumento e demais normas conexas, nos termos do edital de credenciamento público a que se submeteu o(a) CONTRATADO(A), habilitando-se a ser Credenciado(a) da Administração Pública.

§5º - O CONTRATADO está ciente de que seu contrato ora firmado atende a ordem de classificação do Edital Público nº e que a remuneração pelos serviços prestados será conforme o valor da tabela de Serviços estabelecida pelo Sistema de Saúde SiSau PMMG/CBMMG/IPSM e o repasse do Tesouro Estadual.

SEÇÃO II - DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA - Os serviços, objeto do presente Contrato, descritos no **Anexo Único**, serão executados em perfeita conformidade com as normas e instruções de saúde baixadas pelo SiSau - IPSM/PMMG/CBMMG, respeitando as respectivas legislações, regulamentações e disposições conexas, bem como as alterações e instruções supervenientes, respeitando ainda, quando for o caso, as normas periciais vigentes nas especialidades previstas no PAS/SiSau e demais normas aplicáveis a biossegurança e a qualidade dos serviços contratados.

CLÁUSULA TERCEIRA - Os serviços de que tratam a cláusula anterior serão prestados diretamente pelo(a) CONTRATADO(A), não se admitindo nenhum tipo de subcontratação ou terceirização dos serviços contratualizados.

Parágrafo único - A execução dos serviços que constituem objeto deste contrato terá por responsável técnico(a), o(a) Sr(a). **xrespTec**, devidamente registrado no **xrespTeCons**, sob o nº **xrespTelnc**.

SEÇÃO III - DA FORMA DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA QUARTA - O atendimento aos beneficiários do PAS/SiSau, relativamente aos serviços que constituem o objeto do presente Contrato, será realizado mediante utilização dos documentos padronizados do SiSau, que deverão ser assinados pelo beneficiário e/ou representante legal, quando da prestação do serviço.

§1º - É vetada a substituição dos documentos padronizados de que tratam esta cláusula por qualquer outro formulário, ressalvados os casos expressamente autorizados pelo CONTRATANTE.

§2º - Para realizar os serviços do objeto deste Contrato, o(a) CONTRATADO(A) fica obrigado(a) a exigir dos beneficiários do PAS/SiSau, a identificação por biometria (sistema autenticação biométrico), facial, por digitais dos dedos e palmar e o cartão físico ou virtual e a apresentação da identidade do beneficiário do IPSM, para comprovação e autorização.

§3º - O(A) CONTRATADO(A) deverá providenciar equipamentos para leitura biométrica capaz de identificar a impressão digital dos dedos, a palmar e a facial dos beneficiários SiSau.

§4º - Os sistemas chamados biométricos vão basear o seu funcionamento em características de diversas partes do corpo como os olhos (íris e retina), demais pontos da face, região palmar e as digitais dos dedos.

§5º - O(A) CONTRATADO(A) compromete-se a prestar aos beneficiários do PAS/SiSau tratamento idêntico ao dispensado a particulares, conforme o objeto deste contrato. Qualquer tipo de discriminação constituirá causa para a imediata rescisão deste Contrato de Prestação de Serviços, sem embargo das demais medidas cabíveis.

§6º - O(A) CONTRATADO(A) deverá priorizar o atendimento nos casos de urgência ou emergência, dando preferência às pessoas com mais de sessenta anos de idade, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo ou até cinco anos de idade; pessoas com deficiência.



§7º - O(A) CONTRATADO(A) deverá utilizar o Sistema Integrado de Gestão de Assistência à Saúde (SIGAS) ou outro disponibilizado pelo CONTRATANTE para registro de autorização de procedimentos e rotinas de internações por meio do acesso disponível no *site* do IPSM ou mediante serviço de *WebService* de integração. No caso da opção pelo uso do serviço de integração (se for oportunizada essa faculdade pelo CONTRATANTE), os ajustes devem ser feitos pelo próprio prestador, conforme diretrizes e documentação disponível pelo IPSM.

§8º - O Faturamento de todos os atendimentos devem ser gerados no SIGAS ou outro Sistema disponibilizado pelo CONTRATANTE, por meio do acesso disponível no *site* do IPSM ou mediante de serviço *WebService* de importação de contas desenvolvido no padrão TISS. No caso da opção pelo uso do serviço de *WebService* de importação de contas, padrão TISS (se for oportunizada essa faculdade pelo CONTRATANTE), os ajustes devem ser realizados pelo próprio prestador, conforme diretrizes e documentação disponível pelo IPSM.

SEÇÃO IV - DOS PREÇOS

CLÁUSULA QUINTA - Os serviços efetivamente prestados pelo(a) CONTRATADO(A) serão pagos pelo CONTRATANTE, de acordo com as Tabelas de Preços do SiSau, em vigor à época da prestação do serviço, conforme [Deliberações de Saúde nº 55/2017, nº 67/2018, nº 73/2019](#), ou outra que vier a substituí-la, limitando-se ao número de plantões, consultas e/ou procedimentos cirúrgicos ao mês e carga horária semanal, de acordo com o [anexo III](#), do Edital de Credenciamento nº [04/2022](#).

§1º - O reajustamento dos preços acompanhará o reajustamento da tabela do PAS/SiSau, conforme a disponibilidade orçamentária e financeira do CONTRATANTE.

§2º - É proibida a cobrança pelo(a) CONTRATADO(A) ao CONTRATANTE e/ou aos beneficiários do PAS/SiSau, em qualquer hipótese, de adicionais, de diárias, de taxas, de materiais e de medicamentos, de insumos ou de honorários profissionais, sob qualquer pretexto e/ou forma sob pena do não pagamento das despesas pelo CONTRATANTE, por descumprimento contratual, sujeito a aplicação das penalidades cabíveis, bem como as estabelecidas nas Seções XI e XII deste contrato

SEÇÃO V - DO PROCESSAMENTO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA - Os serviços realizados com autorização do CONTRATANTE serão pagos mediante crédito em conta corrente por meio magnético, em nome do(a) CONTRATADO(A), devidamente cadastrados no CAGEF, conforme itens XVII e XVIII da cláusula décima segunda, após a apresentação da nota fiscal dos serviços efetivamente prestados, conferência e validação dos dados faturados, disponibilidade orçamentária e liberação de recursos financeiros pelo Tesouro Estadual.

§1º - Como comprovantes de despesa serão aceitas as primeiras vias de Nota Fiscal ou Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE, os quais deverão ser emitidos após a disponibilização do DPRO.

§2º - Considerar-se-ão autorizados pelo CONTRATANTE somente os procedimentos e serviços previstos nas Tabelas de Preços do PAS/SiSau e efetivamente prestados pelo(a) CONTRATADO(A), conforme objeto contratual.

§3º - O(A) CONTRATADO(A) deverá realizar o faturamento no SIGAS ou em situações excepcionais (definidas e autorizadas pelo CONTRATANTE), preencher documentos em impressos padronizados, e enviá-los à Divisão de Processamento de Contas por meio físico ou *e-mail*, conforme tipo de atendimento e determinação do CONTRATANTE, sob pena de não ser efetivado o pagamento correspondente, sendo que, no caso da documentação física, as contas e seus anexos devem ser apresentadas em original.



§4º - O(A) CONTRATADO(A) deverá entregar as contas para processamento *online* ou devidamente protocoladas na Unidade correspondente à sua região, conforme cidade e respectiva regional (conforme Anexo I, do Edital de credenciamento - Relação de cidades por RPM), no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de atendimento ou alta hospitalar, findo o qual o CONTRATANTE deixará de reconhecer as contas apresentadas, sem justificativa, especialmente quando se tratar de exercícios anteriores.

§5º - Após o processamento, a produtividade do credenciado será disponibilizada no *site* do IPSM: www.ipsm.mg.gov.br, na área do credenciado, por meio do DPRO, para emissão da nota fiscal.

§6º - O pagamento dos valores processados para o credenciado será efetuado pela **GAFC - Gerência** de Administração Financeira Contábil do IPSM, de acordo com a liberação de recursos orçamentários e financeiros pelo Tesouro Estadual.

§7º - O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os documentos em impressos padronizados que contiverem incorreções de quaisquer naturezas (rasuras, ausência de datas e/ou assinaturas...), ficando desobrigado do pagamento correspondente, até que sejam regularizadas pelo(a) CONTRATADO(A), dentro do prazo estipulado pelo CONTRATANTE.

§8º - O(A) CONTRATADO(A) deve manter os documentos administrativos e clínicos que comprovam os atendimentos prestados arquivados por, no mínimo, 5 (cinco) anos e à disposição do CONTRATANTE para eventuais auditorias.

§9º - O CONTRATANTE não será responsabilizado nem arcará com as despesas referentes a procedimentos eletivos não autorizados previamente, bem como de beneficiários que não estejam devidamente identificados.

§10º - Nos casos de urgência e emergência, apurada a inexistência da condição urgente ou emergencial, o CONTRATANTE não se responsabilizará pelo pagamento de quaisquer contas ou honorários profissionais.

§11º - Fica o CONTRATANTE autorizado a rever as contas emitidas pelo(a) CONTRATADO(A), por até 5 (cinco) anos após a sua apresentação, podendo, com o objetivo de regularizar a situação, e sem prejuízo de outras medidas que julgar oportunas, deduzir de fatura devida ao(à) CONTRATADO(A), eventual quantia indevidamente paga.

SEÇÃO VI - DA GLOSA

CLÁUSULA SÉTIMA - A Divisão de Processamento de Contas do CONTRATANTE, mediante análise administrativa e/ou técnica, reserva-se o direito de glosar, total ou parcialmente, os procedimentos (inclusive medicamentos e produtos ministrados aos beneficiários) e serviços apresentados na fatura. Ocorrendo glosas, estas serão deduzidas dos próprios documentos em impressos padronizados, pelos preços que serviram de base de cálculo para a mesma.

§1º - Os documentos em impressos padronizados apresentados para pagamento deverão estar datados e assinados pelo beneficiário atendido ou seu representante legal, bem como pelo profissional responsável pelo atendimento. A inobservância desse procedimento impedirá o pagamento até a efetiva regularização do documento apresentado, dentro do prazo estipulado pelo CONTRATANTE.

§2º - O CONTRATANTE poderá exigir do(a) CONTRATADO(A) a apresentação de informações e/ou documentos complementares para a realização da análise administrativa e/ou técnica.

§3º - Havendo glosa(s), o(a) CONTRATADO(A) poderá apresentar recurso no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar do processamento das contas digitadas, findo o qual o IPSM deixará de reconhecer os pedidos. Caso seja comprovado o cabimento de tal cobrança pelo CONTRATANTE, sua quitação ocorrerá no pagamento subsequente, com os valores vigentes na data do atendimento.



§4º - O recurso da glosa apresentado tempestivamente pelo(a) CONTRATADO(A) será analisado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do seu recebimento.

SEÇÃO VII - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA OITAVA - O valor estimado para esta contratação é o previsto nas Tabelas de Preços do PAS/SiSau.

Parágrafo Único - No caso de divergência entre o valor praticado na Tabela de Preços previstos nesta cláusula e a tabela do(a) CONTRATADO(A), prevalecerá a tabela de menor valor para fins de pagamento.

CLÁUSULA NONA - No presente exercício, as despesas decorrentes da execução dos serviços ora credenciados correrão por conta das dotações orçamentárias do IPSM e, nos exercícios seguintes, à conta das dotações orçamentárias previstas para atender dispêndio da mesma natureza: 2121 10 302 002 4001 0001 3390 36 08 0 10 1; 2121 10 302 002 4001 0001 3390 39 29 0 10 1; 2121 10 302 002 4001 0001 3390 39 29 0 49 1; 2121 10 302 002 4001 0001 3390 39 29 0 50 1; 2121 10 302 002 4001 0001 3390 39 29 0 60 1; 2121 10 302 002 4002 0001 3390 36 09 0 10 1; 2121 10 302 002 4002 0001 3390 39 29 0 10 1; 2121 10 302 002 4002 0001 3390 39 29 0 49 1.

SEÇÃO VIII - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes obrigam-se a cumprir fiel e integralmente o presente Contrato de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas modificações posteriores, com o [Decreto Estadual nº 44.405, de 07 de novembro de 2006](#), na [Portaria DG nº 997/2021 - IPSM de 18 de dezembro de 2021](#), atendendo às condições estabelecidas no [Edital nº 04/2022](#), nas [Deliberações de Saúde nº 55/2017, nº 67/2018, nº 73/2019](#), e, demais normas conexas e/ou específicas para a Rede Credenciada do SiSau, aplicando-se, no que couber, os princípios gerais de direito público sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis, respondendo a parte inadimplente por sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O CONTRATANTE se obriga a:

- I - Providenciar a publicação resumida deste contrato e eventuais aditivos no Diário Oficial do Estado;
- II - Promover juntamente com o HPM a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato, sem que isso exclua nem reduza a responsabilidade do(a) CONTRATADO(A) por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- III - Efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados, após apresentação da nota fiscal dos serviços prestados e cadastro atualizado no CAGEF pelo(a) CONTRATADO(A), conferência e validação dos dados faturados, de acordo com os valores constantes da tabela de preços do PAS/SiSau, obedecidos os limites e as condições aplicáveis.
- IV - Cadastrar os fornecedores (credenciados da área de Saúde) no Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD via unidade de compra, com a finalidade da emissão de empenho ou reforço de empenho, obrigatório para órgãos e entidades estaduais em processo de licitação, dispensa ou inexigibilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Constituem obrigações do(a) CONTRATADO(A):

- I - Cumprir fiel e integralmente este Contrato, velando para que os serviços se realizem com esmero e perfeição, assumindo inteira responsabilidade por sua execução;
- II - Manter, durante a vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade fiscal e trabalhista exigidas, inclusive em relação à(s) filial(ais), bem como sua compatibilidade com as obrigações ora assumidas;



- III - Observar rigorosamente preceitos ético-profissionais pertinentes às especialidades em que atua e serviços que presta, durante a sua vigência, bem como as normas vigentes previstas no PAS/SiSau e demais normas afins do CONTRATANTE;
- IV - Obedecer às normas de qualidade de atendimento impostas pelo Ministério da Saúde e Vigilância Sanitária ou outra entidade reguladora da atividade exercida, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de recusar, sustar ou interromper definitivamente a prestação de serviços daqueles que não estiverem de acordo com as normas estabelecidas;
- V - Não utilizar, nem permitir que terceiros utilizem o beneficiário do PAS/SiSau para fins de experimentação e/ou pesquisa;
- VI - Atender ao beneficiário com respeito e dignidade, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços, conforme objeto deste contrato;
- VII - Justificar ao beneficiário do PAS/SiSau ou a seu responsável legal, por escrito, os motivos que o impossibilitaram de realizar o atendimento ou qualquer ato profissional compreendido no objeto deste Contrato;
- VIII - Notificar, por escrito, em 10 (dez) dias, acompanhado da devida documentação comprobatória, toda e qualquer alteração no endereço, na forma de tributação, no estado civil (se for o caso), nos dados bancários do(a) CONTRATADO(A) facultando-se ao CONTRATANTE a realização de visita *in loco* (ou virtual);
- IX - Controlar o uso dos documentos padronizados, bem como devolvê-los, imediatamente, em caso de rescisão deste Contrato, assumindo inteira responsabilidade, civil e criminal pela utilização indevida destes documentos e das informações que possuir;
- X - Proceder à verificação rigorosa da identificação dos beneficiários, conforme cláusula quarta, §2º, deste contrato, sendo que qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé será de responsabilidade exclusiva do(a) CONTRATADO(A);
- XI - Manter regulares as certidões negativas junto ao INSS, FGTS, trabalhistas, previdenciários, fiscais, administrativas e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, devendo apresentar ao CONTRATANTE, sempre que esse julgar necessário, as comprovações dessas regularidades.
- XII - Nos casos de ocorrências com beneficiários como: evasão, alta administrativa, acidente, transferência, intercorrência clínica grave e falecimento, o(a) CONTRATADO(A) deverá comunicar aos familiares ou responsáveis legais e também ao CONTRATANTE, inclusive com registro no relatório gerencial do SIGAS.
- XIII - O(A) CONTRATADO(A) deverá prestar os serviços e indicar os procedimentos aos beneficiários do SISAU, conforme os previstos nas tabelas do PAS/Sisau e objeto deste contrato;
- XIV - O(A) CONTRATADO(A) que estiver inscrito no Cadastro Geral do CAGEF obrigatoriamente deverá ter e manter seu cadastro atualizado junto ao CAGEF, para viabilizar o recebimento dos valores dos serviços prestados e devidamente processados no DPRO, sob pena de não recebimento até a regularização.
- XV - O(A) CONTRATADO(A) que tiver a inscrição no CAGEF pela modalidade Unidade de Compras, a ser providenciada pelo Contratante/IPSM, obrigatoriamente deverá manter seu cadastro atualizado junto aos órgãos competentes e ao CONTRATANTE/IPSM para que ocorra a integração dos dados, sob pena do não recebimento dos valores processados, até a regularização da pendência.
- XVI - O(A) CONTRATADO(A) deverá a qualquer tempo quando solicitados, apresentar documentos dos quais são necessários para o correto preenchimento do cadastro no CAGEF.
- XVII - É de inteira responsabilidade do(a) CONTRATADO(A) acompanhar as informações, alterações de tabelas do SiSau e demais normas do SiSau disponibilizados via *e-mail* e/ou no *site* institucional e/ou nas redes sociais do IPSM.



XVIII - O(A) CONTRATADO(A) assume inteira responsabilidade pelos prejuízos decorrentes do não cumprimento desta cláusula e assume as despesas decorrentes de estorno causado pela falta de informação (notificação) de alteração da conta corrente ou nos dados necessários para a realização ou atualização do cadastro no CAGEF.

XIX - O(A) CONTRATADO(A) obrigatoriamente deverá manter seu cadastro atualizado junto ao CAGEF quando estiver inscrito no Cadastro Geral de Fornecedores comunicando aos órgãos competentes e ao CONTRATANTE, quanto à regularidade fiscal e trabalhista e sempre que houver alteração contratual ou qualquer alteração referente a mudança de endereço, para a integração dos dados na unidade de compras. Para viabilizar o pagamento dos serviços efetivamente realizados, conforme normas do SiSau.

XX - O(A) CONTRATADO(A) deverá efetivar o seu cadastro como usuário externo no sistema SEI, para a assinatura eletrônica do contrato.

SEÇÃO IX - DOS ENCARGOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O(A) CONTRATADO(A) manterá a regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, devendo apresentar ao CONTRATANTE, sempre que esse julgar necessário, as comprovações dessas regularidades, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de recusar, sustar ou rescindir a prestação de serviços fora das normas estabelecidas.

§1º - A inadimplência do(a) CONTRATADO(A) com referência aos encargos tratados nesta cláusula não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem onerará o objeto deste Contrato.

§2º - O(A) CONTRATADO(A) que goza de imunidade e/ou isenção de tributos e/ou emissão de notas fiscais de prestação de serviços, deverá apresentar os documentos comprobatórios ao CONTRATANTE, visando a não retenção ou dedução a tais títulos.

SEÇÃO X - DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O CONTRATANTE sempre que julgar necessário procederá ao acompanhamento, supervisão ou fiscalização da execução dos serviços de que trata a cláusula primeira deste Contrato por meio de representante(s) especialmente designado(s) pela **DS-DG-IPSM**.

§1º - O(A) CONTRATADO(A) acatará a designação prevista nesta cláusula, assegurando ao(s) representante(s) designado(s) livre acesso a todas as instalações e equipamentos de suas dependências e aos registros relacionados com a prestação de serviços objeto deste Contrato, a qualquer tempo, sem aviso prévio.

§2º - O(A) CONTRATADO(A) obriga-se a permitir o acesso aos beneficiários do PAS/SiSau às informações relativas aos faturamentos que estejam sendo realizados em seu nome.

§3º - Os Serviços de Auditoria deverão ser realizados observando-se os preceitos dos Códigos de Ética das respectivas categorias profissionais, concomitante às normas previstas neste contrato e no respectivo edital.

§4º - O CONTRATANTE poderá acompanhar a execução dos serviços contratados, reservando-se no direito de recusar, suspender ou rescindir as prestações de serviços que não estejam de acordo com este instrumento contratual e/ou normas conexas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste Contrato, inclusive verificando-se a procedência dos fornecimentos declarados, a efetiva realização dos serviços contratados, e a observância do regime assistencial.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e demais normas de saúde regulamentadoras dos respectivos serviços prestados. Entretanto, se no curso da execução houver indício de violação contratual pelo(a) CONTRATADO(A), a fim de resguardar o público beneficiário de saúde do SISAU, fica facultado ao CONTRATANTE rescindir o contrato ou suspender a permissão para continuidade da prestação de serviços prevista neste contato, até o término do processo administrativo instaurado para apuração dos fatos indicativos de irregulares/impróprios/indevidos.

SEÇÃO XI - DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições deste Contrato acarretará a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, inclusive rescisão, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficando assegurado ao(à) CONTRATADO(A) a ampla defesa e o contraditório. São previstas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa, que será de 10% sobre o valor dos 3 (três) últimos faturamentos mensais liquidados, e será monetariamente corrigida pelo **Índice de Preço ao Consumidor - Amplo - IPCA** ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, podendo ser aplicada isolada ou cumulativamente, facultando-se ao IPSM deduzir a respectiva importância do faturamento que for devido ao credenciado ou cobrá-lo judicialmente.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único - Verificada a divergência entre a documentação comprobatória dos atendimentos e as faturas apresentadas pelo(a) CONTRATADO(A), o CONTRATANTE terá direito ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente corrigidos, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula.

SEÇÃO XII - DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - O presente contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes; judicialmente, nos termos da legislação, ou por ato unilateral e escrito da Administração.

§1º - Em caso de rescisão e de acordo com a avaliação do CONTRATANTE, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo ao beneficiário do PAS/SiSau, será observado o prazo de 120 (cento e vinte dias) para a rescisão. Se neste prazo, o(a) CONTRATADO(A) negligenciar a prestação dos serviços, não receberá o valor correspondente ao atendimento, ou devolverá o recebido, devidamente corrigido.

§2º - Também são causas de rescisão unilateral pelo CONTRATANTE o descumprimento de quaisquer das condições elencadas no **Edital nº 04/2022**, no presente Contrato, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação ao CONTRATANTE ou ao beneficiário do SiSau, além de situação em que for emitido parecer técnico desfavorável ao(a) CONTRATADO(A).

§3º - O(A) CONTRATADO(A) que interromper ou suspender total ou parcialmente a prestação de serviços por qualquer período, poderá implicar rescisão unilateral contratual pelo CONTRATANTE.



§4º - O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato mediante simples aviso, por conveniência administrativa, com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, por ato unilateral, reduzido a termo.

§5º - O(A) CONTRATADO(A) reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa unilateral prevista na legislação pertinente a Licitações e Contratos da Administração.

§6º - O presente instrumento rescinde todos os convênios e contratos anteriormente celebrados pelo(a) CONTRATADO(A) que tenham por objeto a prestação de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do PAS/SiSau.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O(A) CONTRATADO(A) poderá solicitar o seu descredenciamento mediante notificação por escrito ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo dos serviços em andamento. Se esse prazo for negligenciado pelo(a) CONTRATADO(A), comprometendo a prestação dos serviços, implicará penalidades, conforme disciplina este contrato.

Parágrafo único - De acordo com a avaliação do CONTRATANTE, se a interrupção das atividades em andamento não causar prejuízo aos beneficiários do PAS/SiSau, o prazo do *caput* poderá ser reduzido.

SEÇÃO XIII - DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O CONTRATANTE publicará, às suas expensas, o resumo deste Contrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em conformidade com o parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

SEÇÃO XIV - DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O presente contrato terá vigência de (xx) meses, a contar da data da sua assinatura eletrônica ou do prazo fixado pela Administração.

SEÇÃO XV - DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Qualquer alteração de cláusulas ou condições deste Contrato será objeto de Termo Aditivo ou Apostilamento.

SEÇÃO XVI - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Integra o presente Contrato, para todos os efeitos e independentemente de transcrição:

a) Documentos exigidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, [Decreto Estadual nº44.405/2006 e Portaria DG nº 997/2021 - IPISM de 18 de dezembro de 2021](#).

b) Descrição dos serviços e especialidades oferecidos pelo(a) CONTRATADO(A).

SEÇÃO XVII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - A assinatura deste Contrato rescinde de pleno direito quaisquer outros instrumentos (contratos, termos aditivos) de mesma finalidade, escritos ou não, que existam entre o IPISM e o(a) CONTRATADO(A), ficando as relações jurídicas e obrigacionais, a partir desta data, regidas pelo presente instrumento.

SEÇÃO XVIII - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - O(A) CONTRATADO(A), atendendo aos ditames da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), ou outra(s) que vier(em) a substituí-la(s), dispõe:



§1º - As PARTES por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018.

2º - No presente Contrato, o CONTRATANTE assume o papel de controlador, nos termos do art. 5º, VI, da Lei nº 13.709/2018, e O(A) CONTRATADO(A), assume o papel de operador, nos termos do art. 5º, VII, da Lei nº 13.709/2018.

§3º - O(A) CONTRATADO(A), deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pelo CONTRATANTE, e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização do CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

§4º - AS PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 02 (dois) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

§5º - AS PARTES se comprometem a adotar medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que-lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

§6º - O CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do (a) CONTRATADO (A), diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

§7º - AS PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

§8º - AS PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

§9º São obrigações do(a) CONTRATADO(A) e do CONTRATANTE no âmbito da Lei Geral da Proteção de Dados no que couber e se for o caso:

I - Utilizar recursos de segurança da informação e de tecnologia da informação de qualidade, eficiência e eficácia reconhecidas e em versões comprovadamente seguras e atualizadas, de forma reduzir o nível de risco ao qual o objeto do contrato ou a contratante está exposta;

II - Reportar de imediato incidentes que envolvam vazamento de dados, indisponibilidade ou comprometimento da informação relacionados a uma Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, utilizando um canal formal e apropriado para notificar os incidentes de segurança da informação de forma rápida e eficaz por ambos;

III - Manter controles e procedimentos específicos para assegurar o sigilo quanto aos dados e informações aos quais os empregados do(a) CONTRATADO(A) e CONTRATANTE venham tomar conhecimento e assegura-se que os empregados e outros profissionais sob sua direção e/ou controle respeitem o uso dos dados somente para as finalidades previstas em contrato e as restrições de uso dos dados utilizados para desenvolvimento e/ou



operação das soluções de tecnologias, fazendo cumprir o disposto neste contrato, firmados, pelo representante legal e pelo(s) empregado(s) de ambas as partes;

IV - Definir e executar procedimento de descarte seguro dos dados pessoais ou sigilosos, que estejam em posse, ao encerrar a execução do contrato, respeitando o cumprimento de imposições legais dentro do ciclo de Dados do Contrato e se comprometendo na utilização somente para a finalidade de prestação de serviço público e da legislação específica;

V - Comunicar de imediato, a ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionário, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do órgão contratante como senhas e logins;

VI - Informar e obter a anuência sobre a utilização de serviços de terceiros como (Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Flickr etc.) para sustentar ou viabilizar o funcionamento da Solução de tecnologia da informação de sistemas cedidos por ambas as partes, se for o caso;

VII - Implementar e manter, em conjunto, controles e procedimentos específicos para assegurar a segurança física e lógica dos dados que compõem o Ciclo dos Dados, de forma a prevenir possibilidade de ocorrência de evento de efeitos danosos ou prejudiciais ao funcionamento dos recursos de processamento das informações relacionadas à soluções de tecnologia de informação a ao Ciclo de Dados do processo. Assegurar, também, a proteção das credenciais de acesso dos usuários, durante o seu tráfego e armazenamento e que os acessos externos em Sistemas de Informação;

VIII - Certificar que os ambientes tecnológicos possuam controles de segurança da informação adequados, de forma a reduzir o nível de riscos de acessos ou modificações não autorizadas;

IX - Apresentar ao órgão CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como demais dispositivos legais aplicáveis.

§10º - Serão consideradas infrações na contratação, passíveis de Sanções conforme Cláusula específica do Contrato e no âmbito da LGPD no que couber e analisadas conforme o caso:

I - Não atender cláusulas contratuais que asseguram o tratamento de dados pessoais conforme previsto pela Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018;

II - Não atender a política ou norma de privacidade de dados pessoais regulamentada pela Lei nº 13.709/2018;

III - Não atender a dispositivo(s) contratuais para implementação e manutenção de estratégia abrangente de treinamento e conscientização, designada a garantir que os colaboradores entendam suas responsabilidades e os procedimentos de privacidade de dados pessoais no âmbito da LGPD;

IV - Não atender a dispositivo(s) contratuais de monitoramento contínuo das ações de privacidade de dados pessoais, a fim de determinar o progresso no cumprimento dos requisitos de conformidade com a privacidade de dados pessoais e dos controles de privacidade de dados pessoais;

V - Não atender a dispositivo(s) contratuais de modo que o tratamento de dados pessoais seja realizado



para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público;

VI - Não atender a dispositivo(s) contratuais de modo que os dados coletados e seu processamento sejam limitados ao mínimo necessário para atendimento da finalidade do tratamento;

VII - Não atender a dispositivo(s) contratuais da obrigação do operador de dados pessoais e notificar o Controlador em caso de ocorrência de violação de dados pessoais;

VIII - Não atender a dispositivo(s) contratuais de implementação de medidas que garantam e maximizem a precisão dos dados pessoais coletados, antes de qualquer armazenamento ou processamento de dados pessoais;

IX - Não atender a dispositivo(s) contratuais de modo que os dados pessoais armazenados/retidos possuam controles de integridade permitindo identificar se os dados foram alterados sem permissão;

X - Não atender a dispositivo(s) contratuais de modo que as operações de processamento realizadas com dados pessoais sejam registradas identificando a operação realizada, quem realizou, data e hora;

XI - Não atender a dispositivo(s) contratuais implantando um canal de comunicação dados, seguro e autenticado para o recebimento de reclamações e manter um ponto de contato para receber e responder a reclamações, preocupações ou perguntas dos titulares sobre o tratamento de dados pessoais realizados pelo(a) CONTRATADO(A);

XII - Não apresentar documentos quando solicitados que evidenciem que as versões adotadas nos softwares utilizados são comprovadamente seguras e atualizadas no ambiente utilizado, nos casos de serviços que envolvam Sistemas de Informação;

XIII - Não apresentar documento, quando solicitado, que evidencie o fluxo de notificação de incidentes e os canais disponíveis para notificação;

XIV - Não fazer com que seu preposto ou outros empregados cumpram as Cláusulas contratuais e a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018;

XV - Não apresentar documentação, quando solicitada, que evidencie a definição e execução de procedimento de descarte seguro dos dados pessoais ou sigilosos do CONTRATANTE ao encerrar o contrato, respeitando o cumprimento de imposições legais dentro do Ciclo de Dados do Contrato e da legislação específica;

XVI - Não providenciar a revogação de todos os privilégios de empregados que não mais estejam alocados ao projeto objeto da contratação quanto a sistemas, senhas, logins e correlacionados;

XVII - Não informar e obter anuência sobre a utilização de serviços de terceiros (como Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Flickr, etc.) para sustentar ou viabilizar o funcionamento da Solução de tecnologia da informação de sistemas cedidos por ambas as partes, se for o caso.

SEÇÃO XIX - DO FORO



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Paraíba, 576 – Savassi – Telefone: 3269-2000 – CEP 30.130-141 – Belo Horizonte/MG – e-mail: convenios@ipsm.gov.br

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação de regência, especialmente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas modificações posteriores, ficando desde já eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam eletronicamente o presente Contrato juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Belo Horizonte, **xdataAgora**.

xdirSaude
Diretor de Saúde/IPSM

xrRepresentante
Contratado(a)

Testemunhas

xass1
CPF: **xassCpf1** - C I: **xassId1**

xass2
CPF: **xassCpf2** – C I: **xassId2**

OAB/MG **xadv**
xadOab



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Paraíba, 576 – Savassi – Telefone: 3269-2000 – CEP 30.130-141 – Belo Horizonte/MG – e-mail: convenios@ipsm.gov.br

Anexo Único ao contrato número **xnrCont**, de **xdataAgora**, firmado entre o IPSM, e **xcontratada**, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº **xnumCad**, para prestação de serviços de Assistência à Saúde, diretamente na **Clínica de Fisioterapia do Hospital da Polícia Militar - HPM**, ou na **Clínica de Fisioterapia do Núcleo de Assistência Integral À Saúde da Academia de Polícia Militar – Nais/APM**; ou na **Clínica de Fisioterapia localizada no 3º Batalhão de Bombeiro Militar, podendo atuar em quaisquer das clínicas conforme a necessidade e conveniência administrativa do IPSM, conforme apresentado:**

Tipo de Pessoa: **xtipoPe**.

Tipo de Cadastro: **xtipoCad**.

Número de Cadastro: **xnumCad**.

Tipo de Contrato: **xtipoCont**.

Especialidade(s): **xespec**.

Serviço(s): **xserv**.

Procedimento(s) contratado(s): **xprocCont**.

BANCO: **xbanco**

AGÊNCIA: **xagencia**

CONTA: **xconta**

Belo Horizonte, **xdataAgora**.

xdirSaude
Diretor de Saúde/IPSM

xrRepresentante
Contratado(a)

Testemunhas

xass1
CPF: **xassCpf1** - C I: **xassId1**

xass2
CPF: **xassCpf2** - C I: **xassId2**

OAB/MG **xadv**
xadOab

**ANEXO V - TABELA DE VALORES DO SISAU.**

25000004		FISIOTERAPIA							
25010000		AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA							
25010123		Consulta com fisioterapeuta				32,09			32,09
25010131		Avaliação cinésio-funcional ao paciente sob cuidados de grupo multiprofissional, exclusivamente no HPM.				32,09			32,09
25020005		FISIOTERAPIA NEUROLOGICA							
25020226		Assistência fisioterapêutica ambulatorial ao paciente com disfunção do sistema nervoso central, periférico e/ou síndrome de fragilidade, com distúrbios de coordenação, equilíbrio e marcha, exclusivamente no HPM.				37,51			37,51
25020234		Assistência fisioterapêutica ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema nervoso central e/ou periférico				35,99			35,99
25030000		FISIOTERAPIA VASCULAR PERIFERICA							
25030043		Assistência fisioterapêutica ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema linfático e/ou vascular periférico.				43,67			43,67
25030051		Assistência fisioterapêutica ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema linfático e/ou vascular periférico, com uso de enfaixamento compressivo, exclusivamente no HPM.				54,59			54,59
25060007		FISIOTERAPIA ORTOPEDICA REUMATOLOGICA							
25060228		Assistência fisioterapêutica ambulatorial ao paciente com disfunção de ATM (articulação têmporo-mandibulares)				36,98			36,98
25060325		Assistência fisioterapêutica ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema musculoesquelético.				36,43			36,43
25070002		FISIOTERAPIA CARDIOLOGICA							
25070096		Assistência fisioterapêutica ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema cardiovascular.				30,91			30,91
25100009		FISIOTERAPIA EM OUTRAS CONDIÇÕES							
25100130		Reeducacao Postural Global (RPG).				44,69			44,69
25100149		Assistência fisioterapêutica ambulatorial ao paciente com disfunção decorrente de alterações do sistema genito-urinário e reprodutor.				63,87			63,87

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Rua Paraíba, 576 – Savassi – Telefone: 3269-2000 – CEP 30.130-141 – Belo Horizonte/MG – e-mail: convenios@ipsm.gov.br

25100181	Assistencia fisioterapeutica ambulatorial paciente c seqüelas traumatismos toraco-abdominais ou pos-operatorio cirurgias toraco-abdominais.				20,62				20,62
25100190	Assistência fisioterapêutica ambulatorial ao paciente com sequela de queimaduras.				24,48				24,48
25100203	Assistencia fisioterapeutica domiciliar vinculada ao programa de ADT (Atendimento Domiciliar Terapeutico).				83,69				83,69
25100220	Assistência fisioterapêutica aquática em piscina terapêutica, exclusivamente no HPM.				35,27				35,27
25100238	Assistência fisioterapêutica ambulatorial ao paciente com disfunção respiratória.				27,76				27,76
25100246	Assistência fisioterapêutica ambulatorial em criança com alterações posturais secundárias à respiração oral, exclusivamente no HPM.				42,68				42,68
25100254	Assistência fisioterapêutica ambulatorial ao paciente portador de miopatias.				36,85				36,85
25110004	CONFECÇÃO DE ÓRTESE (EXCLUSIVAMENTE NO HPM)								
25110012	Confecção de Órtese de material termo-sensível, baixa complexidade (tala dedo. Gatilho, barra C), por unidade.				17,77				17,77
25110020	Confecção de Órtese de material termo-sensível, média complexidade (cock –up, dinâmica para flexão dedos ou punho), por unidade.				47,44				47,44
25110039	Confecção de Órtese de material termo-sensível, alta complexidade (dinâmica para flexão/extensão do cotovelo), por unidade.				81,57				81,57
25120000	FISIOTERAPIA HOSPITALAR								
25120018	Assistência fisioterapêutica hospitalar ao paciente internado em Unidade de Terapia Intensiva sem assistência ventilatória				96,29				96,29
25120026	Assistência fisioterapêutica hospitalar ao paciente internado em Unidade de Terapia Intensiva com assistência ventilatória.				120,36				120,36
25120034	Assistência fisioterapêutica hospitalar ao paciente internado em enfermaria/apartamento nas disfunções do sistema respiratório sem assistência ventilatória.				22,97				22,97
25120042	Assistência fisioterapêutica hospitalar ao paciente internado em enfermaria/apartamento nas disfunções do sistema respiratório com assistência ventilatória.				28,71				28,71

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Rua Paraíba, 576 – Savassi – Telefone: 3269-2000 – CEP 30.130-141 – Belo Horizonte/MG – e-mail: convenios@ipsm.gov.br

25120050	Assistência fisioterapêutica hospitalar ao paciente internado em enfermaria/ apartamento no pré e pós-cirúrgico.				27,77				27,77
25120069	Assistência fisioterapêutica hospitalar ao paciente internado em enfermaria/apartamento nas disfunções do sistema locomotor (musculoesquelético).				39,74				39,74
25120077	Assistência fisioterapêutica hospitalar ao paciente internado em enfermaria/apartamento nas disfunções do sistema nervoso central e/ou periférico.				39,74				39,74
25120085	Assistência fisioterapêutica hospitalar ao paciente internado em enfermaria/apartamento nas disfunções do sistema linfático e/ou vascular.				24,42				24,42
25120093	Assistência fisioterapêutica hospitalar ao paciente internado em enfermaria/apartamento nas disfunções do sistema cardiovascular.				27,77				27,77

Belo Horizonte, **xdataAgora**.**xdirSaude**
Diretor de Saúde/IPSM**xrRepresentante**
Contratado(a)**Testemunhas****xass1**
CPF: **xassCpf1** - C I: **xassId1****xass2**
CPF: **xassCpf2** - C I: **xassId2****xadv**
OAB/MG xadOab